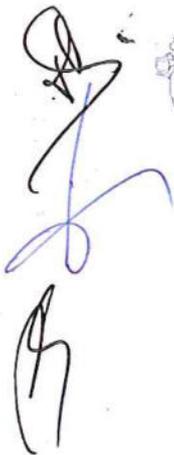


**ATA Nº 7/ 2023****da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia
15/12/2023**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua
atual redação)*

1. Aos quinze dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de Mora, tendo estado presentes os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (1.ª Secretária), Carlos Alberto da Silveira Biléu (2.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva, António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, Anabela de Matos Aleixo, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Catarina Gato Vieira da Silva, Clemente Martinho Medeiros e Custódia Maria Casanova (PS).
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: A Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Vice-Presidente Hugo Carreiras e pelos Vereadores, António Ferreira (PS) e Luis Pedro Branco (CDU).
3. Pela Mesa da Assembleia Municipal foi dado conhecimento da apresentação de renúncia ao mandato pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Simão Duarte de Matos, eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU), a primeira secretária Maria Joaquina Filipe Salgueiro leu o documento onde constava o seguinte *“No passado dia 14 de dezembro de 2023 na Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMAC, tomei posse como secretário Intermunicipal e na sequência de deliberação do Conselho Intermunicipal, determina a lei 75/2013 do art.º 97º, nº 7 que aos membros do secretariado intermunicipal está vedado o exercício de quaisquer cargos nos órgãos de soberania ou nas autarquias locais, como tal no estrito cumprimento da lei, vejo-me obrigado a renunciar ao cargo de presidente da Assembleia Municipal de Mora, com efeito a partir da referida data, quero deixar uma palavra de agradecimento a todos os membros desta assembleia pela elevada forma como sempre souberam estar, tornando mais fácil de dirigir os trabalhos em cada sessão deste órgão, desejo endereçar a todos os membros da assembleia municipal os votos de continuação de um excelente trabalho, sustentando este desejo aos 2 anos que restam até ao final do mandato extensivo naturalmente, também ao executivo municipal, com os melhores cumprimentos Luis Simão Duarte de Matos.”* Estando presente, a mesa da assembleia municipal concedeu a palavra a Luís Simão Duarte de Matos para que prestasse declarações.



4. O senhor **Luís Simão Duarte de Matos** cumprimentou todos os presentes e iniciou o seu discurso, referindo que naquele dia era o dia da inauguração das sessões gravadas da Assembleia Municipal. Descreveu o seu percurso de autarca, exercendo funções na Assembleia de Freguesia de Cabeção e na Câmara Municipal de Mora, inicialmente como Vereador e depois como Presidente de Câmara. Mencionou que todas as decisões tomadas por si, foram em prol da comunidade para que se pudesse viver melhor no nosso concelho. Agradeceu ao partido Comunista pela oportunidade de desempenhar funções de secretário intermunicipal na Cimac e concluiu agradecendo a todos que trabalharam consigo e desejou votos de um bom trabalho para todos.
5. A **Primeira Secretária** Maria Joaquina Filipe Salgueiro tomou a palavra e informou que a partir daquele dia todas as sessões da Assembleia Municipal passariam a ser gravadas e posteriormente seriam disponibilizadas no site institucional do Município de Mora, garantindo a defesa dos direitos dos titulares de dados pessoais com o preenchimento da declaração de consentimento para captação, utilização, transmissão e divulgação de imagem e som, sempre no início de cada sessão, informou também que a intervenção do público e dos membros dos grupos municipais far-se-ia no púlpito, para um correto registo das suas intervenções, não se colocando em causa o seu direito à oposição na captação de utilização, transmissão e divulgação da sua imagem e som. Concluiu explicando que as gravações de imagens seriam direcionadas à mesa da assembleia municipal, aos representantes da Câmara Municipal e ao púlpito onde serão proferidas as suas intervenções.
6. O **Segundo Secretário** Carlos Biléu leu a ata de instalação do eleito Arnaldo António Valdanta da Silva, tendo o mesmo prestado juramento, tomando posse enquanto membro efetivo da Assembleia Municipal de Mora.
7. O **Segundo Secretário** tomou a palavra esclarecendo que o Presidente da Assembleia Municipal renunciou ao mandato e como todos os lugares da mesa iriam ser alterados, realizar-se-ia a eleição da mesa na sua globalidade, concluiu anunciando que tem uma lista para apresentar em nome da bancada da CDU.
8. A **Primeira Secretária** questionou se a bancada do PS tinha uma lista, e de seguida leu a composição das listas, a lista apresentada pela bancada da CDU tem como Presidente Maria Joaquina Filipe Salgueiro, Primeiro Secretário Carlos Alberto da Silveira Biléu e Segundo Secretário Arnaldo António Valdanta da Silva que designou-se de lista A e a lista apresentada pela bancada do PS tem como Presidente Carlos Alberto da Silveira Biléu, Primeira Secretária Maria Joaquina Filipe Salgueiro e Segundo Secretário João Manuel Marques Coelho, que designou-se de lista B.



9. A **Primeira Secretária** Maria Joaquina Filipe Salgueiro concedeu a palavra ao membro José Pinto que mencionou, que os grupos municipais da CDU e do Partido Socialista poderiam ter negociado outra mesa, diferente das mesas apresentadas.
10. Feito o escrutínio por voto secreto e após contabilização dos boletins de voto, registaram-se 10 votos na lista A, 7 votos na lista B e 1 voto em branco.

A Mesa da Assembleia Municipal de Mora é agora constituída por:
Maria Joaquina Filipe Salgueiro, Presidente da Assembleia Municipal;
Carlos Alberto da Silveira Biléu, Primeiro Secretário da Assembleia Municipal;
Arnaldo António Valdanta da Silva, Segundo Secretário da Assembleia Municipal.

11. Após a eleição e a tomada de posse da nova Mesa da Assembleia Municipal, a **Presidente da Assembleia Municipal** Maria Joaquina Filipe Salgueiro deu início à ordem de trabalhos da Assembleia Municipal.
12. A **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao membro municipal Miguel Chuço (PS), cumprimentou todos os presentes e felicitou a nova mesa da Assembleia e leu o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Municipal do PS – Anexo 27/2023.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

13. A **Presidente da Assembleia Municipal** questionou o público presente se alguém queria intervir, tendo-se registado algumas solicitações.
14. O munícipe João Pombo, cumprimentou todos os presentes, apresentou-se como freguês de Brotas e pediu esclarecimentos sobre a não realização do evento da Aldeia Natal em Brotas e questionou se este evento estava orçamentado e qual o destino dado a esse financiamento.
15. A **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Presidente de Câmara para prestar esclarecimentos.
16. A **Presidente de Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes, felicitou a mesa da Assembleia Municipal e mostrou-se satisfeita com a sala repleta de público. Em seguida a Presidente explicou que o evento da Aldeia Natal em Brotas teve alguns contratemplos. O orçamento da iluminação que tinha sido pedido anteriormente adquiriu um valor mais elevado para além daquele que já estava orçamentado e falou com várias



entidades chegando a um consenso, de no próximo ano, realizar este evento para comemorar os 600 anos da igreja de Brotas.

17. **A Presidente da Assembleia** deu a palavra ao munícipe Sérgio Varandas que pediu esclarecimentos ao executivo da Câmara Municipal por causa dos danos provocados pelas cheias há um ano atrás em infraestruturas, nomeadamente a ponte da Amizade em Cabeção e os buracos existentes na estrada junto ao pomar da Moita, questionando para quando estava previsto a reparação destas.
18. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à **Presidente de Câmara** que respondeu, que de facto tinha decorrido um ano após as intempéries, e que o nosso concelho não constava na listagem de concelhos que teriam acesso ao financiamento para realizar as obras necessárias em infraestruturas danificadas pelas intempéries, mas que sensivelmente há um mês atrás tinham assinado um contrato, em que a Câmara Municipal receberá um valor de 360.000 mil euros para fazer face aos gastos com as obras. A Presidente salientou que as obras se realizarão num período de 180 dias, iniciando-se no início do próximo ano e que se dependesse do executivo as obras já estariam concluídas.
19. A **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à munícipe Margarida Nunes, moradora na Malarranha, que pediu informações relativamente sobre a escassez das comunicações móveis como a rede de telefone e internet, em Pavia e Malarranha. A munícipe alertou as entidades Altice e Anacom sobre a situação em causa e tendo conhecimentos de estudos efetuados, questionou o Executivo se tinham datas e, ou resolução para este problema.
20. A **Presidente da Assembleia** deu a palavra à Presidente de Câmara para prestar esclarecimentos.
21. A **Presidente de Câmara** respondeu à munícipe esclarecendo que pretende que se resolva o mais rápido possível a situação, no entanto salientou que a escassez das comunicações na Malarranha não é recente. Informou também que Malarranha não está incluída em zonas brancas, e que tomou as devidas diligencias junto do Ministério das Infraestruturas para que se desbloqueasse alguns trabalhos. Explicou que já reuniram com a Altice e ainda não tinham obtido resposta e reuniu com uma empresa para melhorar a rede de telecomunicações e neste sentido o executivo irá tomar medidas para que pudesse melhorar as comunicações em Malarranha.
22. Um munícipe questionou novamente a Senhora **Presidente de Câmara** que não tinha respondido, o destino dado ao orçamento do evento não realizado em Brotas e qual a razão dos fregueses não terem sido informados.
23. A Senhora **Presidente de Câmara** esclareceu o munícipe que os orçamentos que obtiveram eram superiores ao orçamento que estava contemplado e deu conhecimento aos fregueses com a celeridade possível da impossibilidade de não realizar o evento.



PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

24. A **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou aos Grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção.
25. Tomou a palavra **Primeiro Secretário** Carlos Biléu que reportou os pontos discutidos na reunião da Assembleia Intermunicipal da Cimac, da qual teve presente juntamente com o eleito Miguel Maia. Informou que na ordem de trabalhos constava 8 pontos, e foi dado conhecimento da consolidação das contas, da alteração ao orçamento, do relatório do revisor oficial de contas e o orçamento da Cimac, o relatório de execução da Gesamb, a alteração ao regimento de Assembleia Intermunicipal. Destacou o ponto 7 da ordem de trabalhos como um ponto que gerou polémica em torno da transmissão online das reuniões pelas dificuldades orçamentais e técnicas, mas também por questões de natureza legal. O ponto 7 foi retirado da ordem de trabalhos e há-de ser discutido posteriormente. Fez referência ao ponto 8 em que se procedeu à eleição do secretariado da Cimac com os 3 elementos eleitos numa lista única, composta por Jerónimo José, Pedro Barbas e Luis Simão Matos sendo votados por 31 elementos presentes. Descreveu que no período antes da ordem do dia foi aprovada uma proposta da bancada da CDU para justificar a falta de duas sessões anteriores, foi apresentado um requerimento para justificar de forma definitiva todas as ausências, foram apresentadas 2 moções pelo deputado intermunicipal Francisco Figueira, relativamente ao perímetro de rega de Reguengos de Monsaraz sendo aprovada com onze votos a favor e a outra moção apresentada refere-se à conclusão do IP2 para desviar o trânsito da cidade de Évora de modo a facilitar o trânsito, sendo deliberada por unanimidade.
26. Tendo se registado algumas solicitações para intervir no período antes da ordem do dia a Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro **Miguel Maia** (PS) que leu uma Felicitação à Câmara Municipal pela aprovação de Acordos Coletivos de Trabalho – Anexo 28/2023.
27. A Presidente da Assembleia informou que o Vereador Luís Branco (CDU), referiu que o sentido de voto dos Vereadores da (CDU), não corresponde ao que foi lido pelo membro Miguel Chuço.
28. A **Presidente de Câmara** respondeu que dado não ter em sua posse a ata com estas votações no momento, não poderia esclarecer, mas propôs para a próxima sessão da assembleia municipal, se pudesse analisar a ata em questão.
29. A **Presidente da Assembleia** informou que a mesa da Assembleia propõe que subsistindo esta dúvida, deve ser revista e para a próxima Assembleia tragam novamente esta declaração.



30. O membro **José Pinto** (CDU) tomou a palavra e disse que este não era o primeiro ACEP a ser elaborado na Câmara Municipal de Mora, contrariamente ao que foi lido e pediu que fossem rigorosos com a máxima transparência e honestidade perante a população.
31. A **Presidente da Assembleia** esclareceu que a intervenção ficava anulada.
32. A **Presidente de Assembleia** concedeu a palavra ao membro António Alberto Vitorino (CDU), que saúda todos e disse que tem orgulho como Presidente da Junta de Freguesia de Brotas da união da freguesia, que mesmo sem a realização da Aldeia Natal e com o apelo da Junta de Freguesia, a população de Brotas e as Associações de Brotas uniram-se e fizeram alguns presépios, distribuídos pelas ruas da freguesia com os recursos que tinham e apelou à população em geral para visitarem os presépios da Freguesia de Brotas.
33. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra para dar os parabéns e informou que em Brotas existe um presépio feito pelos utentes da Cerci, sendo importante a inclusão destes utentes e apelou à população que visitasse os presépios em Brotas.
34. A membro municipal **Floripes Laurindo** (PS) tomou a palavra felicitou a mesa da assembleia e leu Propaganda Enganosa divulgada à população – Anexo 29/2023.
35. A Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro **José Pinto** (CDU), que saúda todos os presentes e repudiou o que foi dito explicando que houve uma negociação séria, transparente entre a CDU e o executivo Municipal do PS, apresentando a CDU um conjunto de propostas referindo-se a uma proposta em concreto, aumentar o valor de 450 € para 550€ no cartão municipal do idoso, dizendo que na reunião em que participou com o Partido Socialista ninguém informou de que se tratava de uma proposta do Partido Socialista. E explicou que o sentido de voto de abstenção da CDU permitiu viabilizar o orçamento e o Plano de Atividades, não estando a ser cumpridas integralmente, dando como exemplo que ainda não tinham iniciado as Infraestruturas do Loteamento Municipal de Mora e o relacionamento institucional de respeito e colaboração para com as Juntas de Freguesia. Concluiu pedindo seriedade e honestidade ao que é dito na política e para não fazer chicana política nas redes sociais.
36. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra à senhora Presidente da Assembleia esclarecendo que as Infraestruturas do Loteamento Municipal de Mora estavam orçamentadas entre os 700 e os 800 mil euros com a pretensão de fazer 12 lotes. Tendo conhecimento através do executivo anterior que os proprietários do terreno cediam esse mesmo terreno à Câmara Municipal de Mora a custo zero mas não existindo um contrato, faleceram os proprietários do terreno e os herdeiros não querem ceder este terreno. A Câmara Municipal fez uma proposta que não foi aceite pelos herdeiros e apresentou uma contraproposta aos herdeiros em que o



valor pedido por 700m² é de 30 mil euros considerado um valor elevado esta contraproposta será analisada. Relativamente ao relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia a Presidente deu a palavra ao Vereador Hugo Carreiras para prestar esclarecimentos.

37. **O vereador Hugo Carreiras** tomou a palavra cumprimentando todos os presentes. Esclareceu que a Câmara Municipal De Mora criou um novo pelouro Relação Institucional com as Juntas de Freguesia que está sob a sua alçada. Decorrendo mensalmente reuniões com as Juntas de Freguesia para tratar de vários assuntos, nomeadamente a transferência de competências e os pedidos efetuados pelas Juntas de Freguesia dando exemplos do fornecimento de materiais e mesas. Disse que poderiam estar presentemente as transferências de competências entre Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, mas, como não obteve qualquer tipo de resposta da Junta de Freguesia de Mora e da Junta de Freguesia de Brotas, terá de reunir novamente para concluir as negociações da Transferência de Competências com as respetivas Juntas de Freguesia. Concluindo os seus esclarecimentos disse não perceber onde a Camara Municipal estaria a falhar no Relacionamento Institucional com as Juntas de Freguesia e que gostava de ouvir os 4 representantes das Juntas de Freguesia das duas bancadas representadas na Assembleia.

38. A Presidente da assembleia deu a palavra ao membro **José Pinto** (CDU), questionou a senhora Presidente de Camara, se tinha respostas que ficaram por esclarecer na reunião anterior sobre encargos com as referências multibanco, sobre o espaço para a CDU e sobre despachos. Em seguida apresentou uma declaração política mencionando que o Presidente da Republica aceitou a demissão do primeiro-ministro dissolvendo a Assembleia e convocando eleições para 10 de Março, não sendo esta demissão separável da opções e da política de direita, do agravamento das desigualdades, das injustiças e crescente descontentamento que é expresso na dimensão da luta dos trabalhadores. Falou na ausência de respostas aos problemas, no aumento da instabilidade social de milhões de portugueses criadas pelo Partido Socialista, confirmando convergência com as forças políticas de direita no que respeita aos interesses do grande capital, mantendo vínculos precários de exploração da mão-de-obra nos diversos setores, salários baixos, um grande número de reformados com pensões de miséria, degradação do serviços de saúde, encerramento de postos de CTT, insuficiência de transportes públicos que colocam muitos concelhos com as suas populações mais isoladas. Frisou que é necessário após 50 anos da revolução de abril retomar o que representa abril defendendo os interesses dos trabalhadores, combater corrupção, combater o ataque ao regime democrático e que iria estar nas mãos da população essa possibilidade ao votar no dia 10 de março.



39. A Presidente de Camara pediu a palavra para esclarecer tinha uma proposta de espaço, uma proposta para assistente e sobre as referencias multibanco deu a palavra ao Vereador Hugo Carreiras para explicar todo o processo.
40. Interveio o membro **José Pinto (CDU)** que só necessitava de saber o montante dos encargos.
41. O vereador **Hugo Carreiras** esclareceu que os valores estão descritos na ata de reunião de camara, com uma mensalidade de 30€ com uma taxa 0,75% do valor da fatura mais 23 cêntimos, para além da mensalidade dos CTT.
42. O membro **José Pinto (CDU)** interveio para dizer que lhe chegou uma ata eletronicamente em que a Presidente informa que o processo tem sido complexo, mas que na próxima sessão da assembleia municipal prestará a informação solicitada.
43. A **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao membro **Custódia Casanova (PS)**, cumprimentou todos os presentes e felicitou a mesa da Assembleia. A eleita divulgou as comemorações relativas ao cinquentenário do 25 de abril pela Junta de Freguesia de Pavia, lembrando que já tinha organizado uma palestra, nela participaram dois Capitães de abril, o comandante Luis Costa Correia e o coronel António Rosado da Luz, a diretora regional da Cultura do Alentejo Ana Amendoeira, a Presidente de Camara Municipal de Mora Paula Chuço, o doutor João Marques e o deputado da Assembleia Municipal de Mora Carlos Biléu. Em suma foram recordados relatos do que efetivamente aconteceu no dia 25 de abril de 1974, a importante reunião que decorreu em outubro de 1973 logo após a primeira reunião dos capitães nas Alcáçovas, no período conspiratório da revolução onde se juntaram aos capitães oficiais de patente superior incluindo o então major Ramalho Eanes. Referiu ainda as primeiras eleições livres que se realizaram em 1976 abril e o papel fundamental do comandante Luis Costa Correia no comando das tropas que ocuparam a sede da PIDE - DGS, no dia 25 de abril de 1974. Falaram também do importante papel que o poder autárquico constitui pela proximidade com a população. Nesta palestra foi sugerido pelos presentes que se enviasse um documento intitulado Declaração de Pavia no sentido de evocar a necessidade de alterar a legislação para dar mais autonomia financeira às Junta de Freguesia, enviando este documento ao Ministro da Administração Interna e ao Presidente da Assembleia da Republica. Informou também que pretende levar este documento ao próximo congresso da Anafre para discussão.
44. **Presidente da Assembleia** esclareceu *que não se procedeu à aprovação da ata da sessão anterior por questões administrativas, aprovação da ata será na votada na próxima chegando à mesa essa informação.*
45. O membro **José Pinto (CDU)** mencionou que tem sua posse um officio assinado pela presidente de Camara em novembro de 2022 que prevê que



grupos municipais do Partido Socialista e da CDU, bem como para os elementos da mesa assembleia municipal posteriormente estes, terão até 14 dias para apresentarem alterações, esclarecendo que nada disto está a ser cumprido.”

46. **A Presidente da Assembleia** colocou à votação a Ordem do Dia da presente sessão da Assembleia Municipal, tendo sido **aprovada** por unanimidade.

47. **ORDEM DO DIA:**

48. **Ponto Um – Mapa de Pessoal 2024**

49. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à **Presidente de Câmara** para prestar esclarecimentos sobre o Mapa de Pessoal apresentado. A presidente referiu que existe carência de recursos humanos em vários serviços nomeadamente na área da Educação, Saúde e Ação Social, e a continuidade da falta de recursos humanos, implica uma ineficácia do funcionamento dos serviços prestados pelo Município de Mora. Salientou que o Mapa de Pessoal sendo reprovado contribuirá para degradação dos serviços, diminuindo a qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Mora, suscitando o descrédito na atuação dos seus trabalhadores, impedindo a criação de novos postos de trabalho para os munícipes que gostavam de viver e trabalhar no nosso Município. Agradeceu o empenho dos serviços municipais na elaboração dos documentos que foram apresentados e agradeceu a disponibilidade de todos os chefes de divisão que marcaram presença na sessão da Assembleia Municipal para prestarem esclarecimentos de ordem técnica.

50. O membro **José Pinto (CDU)** apresentou a declaração de voto da CDU relativo ao Mapa de Pessoal 2024 - Anexo 30/2023.

51. **A Presidente da Assembleia** deu a palavra à Presidente de Câmara que referiu que tinham sido acusados de alterar o Mapa de Pessoal inúmeras vezes, lembrando que no último mandato do executivo anterior tinham apresentado 11 alterações ao Mapa de Pessoal, pedindo para que a técnica pudesse prestar os devidos esclarecimentos.

52. O membro **José Pinto** interveio pedindo que lhe dessem respostas políticas e não respostas técnicas, considerando que os trabalhadores não devem responder perante a Assembleia Municipal.

53. **A Presidente de Câmara** respondeu que politicamente já tinha esclarecido o Mapa de Pessoal e reiterou que considerava importantes os esclarecimentos técnicos sobre assunto em questão.

54. O membro **José Pinto** respondeu *“Senhora Presidente cada vez que o seu primeiro-ministro demissionário vai à assembleia da República leva com ele todos os técnicos.”*

55. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por maioria, reprovado com 8 votos a favor (PS) e 10 votos contra (CDU), o **Mapa de Pessoal para 2024**.



56. **Ponto Dois – Grandes Opções do Plano 2024-2028 (Plano Plurianual de Investimentos 2024-2028 e Plano das Atividades Municipais 2024-2026).**
57. **A Presidente da Assembleia** propôs que discutissem os dois pontos e a votação dos dois pontos far-se-ia em separado.”
58. **A Presidente de Câmara** concordou com o proposto pela Presidente de Assembleia.
59. **O Primeiro Secretário Carlos Biléu** informou a senhora Presidente de Câmara que estavam a falar dos pontos da ordem de trabalhos ponto dois e o ponto três.”
60. **A Presidente da Assembleia** concedeu a palavra à Presidente da Câmara que referiu que desde que iniciou as suas funções na Câmara Municipal de Mora, os orçamentos que apresentou correspondem à sua vontade política e ao projeto económico, social, financeiro e cultural que o partido Socialista pretende para o Município de Mora. Acrescentando que as propostas apresentadas foram condicionadas pelas políticas económicas e financeiras do mandato anterior da CDU, referiu que este é o primeiro orçamento livre dessas condicionantes e que integra todos os objetivos e ambições económicas e políticas do que foi proposto no programa eleitoral do Partido Socialista. Para a concretização deste orçamento diz, foram ouvidos todos os serviços municipais, a oposição e as juntas de Freguesia. Mencionou a pretensão de construir e inaugurar o canil e gatil municipal, esclarecendo que o Município de Mora tem uma candidatura aprovada para o financiamento no valor de 71.500 euros. Reforçou que pretende concluir e inaugurar a obra do Caci, para o qual assinou o protocolo recentemente e o Município de Mora irá receber mais 84.000 euros que perfaz ao todo mais de meio milhão de euros para financiamento da obra do Caci. Pretende ainda finalizar a obra da Casa das Associações, iniciar a construção da oficina da criança, inaugurar a Incubadora de Empresas de Mora, lançar um livro sobre o Concelho de Mora, fazer exposição fotográfica itinerante sobre o concelho de Mora, a inclusão de bolsas de estudo aos estudantes do Ensino Superior do nosso concelho. Indicou as intenções políticas para o Plano de Ação de Investimentos Territoriais integrado na Cimac que aguardam aprovação e enumerou-as: como a construção e apetrechamento do novo edifício da oficina da criança, promoção do sucesso escolar, requalificação da zona de lazer do Açude do Gameiro, implementação do centro de inovação com Núcleo Tecnológico de incubação e aceleração de empresas, eficiência energética dos edifícios municipais, renovação e conservação de rede de abastecimentos e a implementação da telegestão das águas. Pretende o executivo PS, aplicar a opção gestonária que permitirá as progressões nas carreiras que há muito tempo os trabalhadores reivindicam. Melhorar e reforçar os apoios do Cartão Municipal do Idoso, aos Bombeiros Voluntários de Mora, às empresas locais e à instalação de novas empresas. Em suma explica que este orçamento é um orçamento preocupado com a



- justiça social, com a segurança, com melhores condições de vida para a população e trabalhadores. Pedindo autorização para a doutora Ângela prestar os devidos esclarecimentos técnicos.
61. O **Primeiro Secretário** Carlos Bileú pediu a palavra à Presidente da Assembleia e leu um documento que continha considerações e uma questão relativas ao orçamento para 2024 – ANEXO 31/2023.
62. A chefe da DAF cumprimentou todos os presentes, e explicou tecnicamente os dois pontos.
63. O membro municipal **João Saraiva** (CDU) pediu a palavra para fazer uma breve referência sobre os documentos previsionais de 2024-2028, considerando que existe um aumento das despesas correntes e um défice de investimento. Clarificou que a CDU nos seus mandatos sempre ouviu os serviços municipais na elaboração das Grandes Opções do Plano, questionou se a deslocalização do Posto de Turismo irá desenvolver o Turismo Local no concelho. Referiu também que o orçamento não contempla a instalação das redes 5G no concelho, propõe a criação de um seguro de saúde municipal que julga necessário suporte legal e refere que desta forma o PS contribui para o término do serviço Nacional de Saúde. Mencionou que será importante elaborar um estudo para futuras alternativas de abastecimento de água. Esclareceu que o Município de Mora contempla dois órgãos, a Assembleia Municipal o órgão deliberativo e a Camara Municipal de Mora, o órgão executivo, e que o logotipo que a Camara Municipal adotou com a designação de Município de Mora não está correta, deveria utilizar o logotipo que mencionasse somente, Camara Municipal de Mora.
64. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado por maioria**, aprovar com 8 votos a favor (PS) e 10 Abstenções (CDU), as **Grandes Opções do Plano 2024-2028 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano das Atividades Municipais 2024-2026)**.
65. **Ponto Três - Orçamento Plurianual 2024-2028**
66. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 3, tendo sido **deliberado, por maioria, aprovar** com 8 votos a favor (PS) e com 10 abstenções (CDU), o **Orçamento Plurianual 2024-2028**.
67. **Ponto Quatro – Assunção de Compromissos Plurianuais**
68. A **Presidente da Assembleia** não havendo mais intervenções, colocou à votação o Ponto 4, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a Assunção de Compromissos Plurianuais**.
69. **Ponto Cinco – Empreitada para “Construção da Oficina da Criança em Mora” - Abertura de Concurso Público**
70. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à **Presidente da Camara** que informou que o primeiro concurso para a Construção da Oficina da Criança ficou deserto, tendo que abrir um novo concurso.



71. A Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Primeiro Secretário Carlos Biléu**, referiu que o ex-presidente da Assembleia Municipal já tinha alertado para a possibilidade do concurso ficar deserto. E mais informa, que dadas as inúmeras alterações em torno do projeto da Construção da Oficina da Criança, gostaria de ver resolvida a situação, para não ter que regressar com este assunto à Assembleia Municipal.
72. A **Presidente da Câmara** esclareceu que está a fazer todos os esforços para a construção da oficina da Criança seja brevemente resolvida.
73. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto 5, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a empreitada para "construção da Oficina da Criança em Mora - Abertura de Concurso Público.**
74. **Ponto seis - Procedimento por concurso Público, "Reparação dos Danos Provocados pelas Cheias e Inundações - EM 501- 1 - Cabeção - EN 251 Abertura de Procedimento (CPN-03-23)**
75. A Presidente da Assembleia passou a palavra à **Presidente de Câmara** que informou que pretende iniciar as obras o mais breve possível.
76. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar o procedimento público, "Reparação dos danos Provocados pelas Cheias e Inundações - EM 501-1 - Cabeção - EN 251 Abertura de procedimento (CPN-03-23).**
77. **Ponto Sete - Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no Ano de 2024**
78. A Presidente da assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que informa, que esta proposta é apresentada anualmente à Assembleia Municipal, estando disponível para esclarecer dúvidas.
79. Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 7, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano de 2024.**
80. A Presidente da assembleia deu a palavra à senhora **Presidente da Câmara** que se mostrou disponível para prestar esclarecimentos.
81. Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 7, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano de 2024.**
82. **Ponto Oito - Proposta de derrama Sobre o Lucro Tributável Sujeito e Não Isento de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para 2024**



83. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à **Presidente de Câmara** que se mostrou disponível para prestar esclarecimentos.
84. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 8, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para 2024.**
- 85. Ponto Nove – Proposta de Taxas a Fixar no âmbito do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) para 2023.**
86. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra à **Presidente de Câmara**, mostrando-se a mesma disponível para prestar esclarecimentos.
87. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Ponto 9, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Taxas a Fixar no Âmbito do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) para 2023.**
- 88. Ponto Dez – Proposta de Fixação da Participação variável do Município de Mora no IRS dos sujeitos Passivos com domicílio Fiscal na respetiva circunscrição Territorial para 2024**
89. A **Presidente de Câmara** mostrou-se disponível para prestar esclarecimentos.
90. Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto 10, tendo sido **deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Fixação da Participação Variável do Município de Mora no IRS dos Sujeitos Passivos com Domicílio Fiscal na Respetiva Circunscrição Territorial para 2024.**
- 91. Ponto Onze – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº2 do artigo 25 da Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
92. A **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao membro municipal João Saraiva (CDU), que comentou o relatório de atividades no período compreendido entre 16 de setembro a 15 novembro de 2023 apresentado na Assembleia descrevendo-o como um enorme aparelho de propaganda, e que não denuncia o grave problema da descentralização de competências, tal como outras Câmaras Municipais fizeram. Frisou que ficou perplexo com a colocação de apenas meia página sobre o apoio direcionado às Juntas de Freguesia e referiu que as obras concretizadas são essencialmente ações de manutenção e conservação de equipamentos, e a obra inaugurada fora executada pela CDU. Referiu que o relatório está omissivo sobre o setor primário da economia do concelho, nomeadamente as plantações abusivas de culturas híper intensivas que ocupam um vasto território em detrimento de outras culturas, concluí que o executivo deve tomar medidas sobre este assunto.



93. Não havendo mais intervenções, a **Assembleia Municipal** tomou conhecimento do Ponto 11, a Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013 de 12 de Setembro.
94. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por unanimidade, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 23 horas e 56 minutos, do dia 15 de dezembro de 2023.



A Ata nº 7/2023 aprovada por unanimidade, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 30/04/2024, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Patrícia Arsénio, que a redigi e subscrevo.

Paula Joazeira Filipe Salgueiro
(Presidente da Assembleia Municipal)

Alcides
(Primeiro Secretário)

Paula Joazeira Filipe Salgueiro
(Segundo Secretário)

Patrícia Arsénio
(Redator)

Voto de Protesto

Exmo.(a) Sr.(a) Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Concretizada a nova eleição da mesa da Assembleia Municipal de Mora, é com grande insatisfação que o Partido Socialista se depara, novamente, com um atropelo por parte do Partido Comunista àquilo que foram os resultados das eleições autárquicas ocorridas no passado dia 26 de setembro de 2021.

Caso não estejam recordados, lembremos: o Partido Socialista ganhou nas urnas nas eleições para a Assembleia Municipal no passado ano 2021 com 1.194 votos contra 1.128 votos do PCP-PVE, correspondendo, em termos percentuais, a 46,82% contra 44,24%, respetivamente.

Continuam sem respeitar a decisão do Povo. Esperamos e reforçamos que este faça a sua leitura e tire as suas próprias conclusões.

Mora, 15 de dezembro de 2023

Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Mora
Concelho

✓ **Contagem terminada**
4 freguesias apuradas

Votantes: 2.520 votantes
64,31% 1.945 inscritos

15 mandatos atribuídos
3 mandatos não atribuídos

[Câmara Municipal](#) **[Assembleia Municipal](#)** [Assembleia de Freguesia](#)

Mapa Localidades

Distrito: [Evora](#)
Concelho: [Mora](#)

[Ver boletins de voto](#)



Gráfico **Detalhes**

← Ver resultados de 2017

Lista	%	Votos	👤
PS	46,82	1.194	8
PCP-PEV	44,24	1.128	7
CDS-PP/PPD/PSD/PPM	4,90	125	0
Totais	95,96	2.447	15
EM BRANCO	2,39	61	
NULOS	1,65	42	

Felicitação à Câmara Municipal pela aprovação de Acordos Coletivos de Trabalho

Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal vêm, pelo presente, felicitar a Câmara Municipal por, na reunião ordinária do passado dia 16/11/2023, terem aprovado, por maioria, com duas abstenções dos Srs. Vereadores da CDU, a celebração de três Acordos Coletivos de Trabalho, com o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos.

Após concretizada a assinatura dos referidos Acordos Coletivos de Trabalho, os trabalhadores da autarquia poderão beneficiar, certamente, de mais direitos e de mais regalias.

Damos os Parabéns ao executivo municipal por ser parte ativa na melhoria de condições, não só laborais, mas também de vida, de todos os trabalhadores que integram o Quadro de Pessoal do Município de Mora.

Gostaríamos de sublinhar que é com agrado que os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal tomaram conhecimento que passará a existir uma representação plural dos trabalhadores, realidade que não existia aos dias de hoje.

Os nossos desejos que, nesta sequência, continuem a implementar novas medidas de valorização que permitam, assim, mais e melhores condições a todos os trabalhadores.

Mora, 15 de dezembro de 2023

Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Propaganda Enganosa divulgada à população

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal vêm manifestar o seu repudio pelo facto da CDU, nas suas redes sociais, e não só, terem vindo a divulgar um conjunto de informações que não correspondem à verdade, nomeadamente no que respeita ao:

- Canil Municipal;
- Cartão Municipal do Idoso;
- Reforço dos Apoios concedidos ao movimento associativo do concelho,

Entre outros.

Já vem sendo uma constante por parte da CDU o exercício de propaganda enganosa com o mero objetivo de iludir a população.

Num Concelho onde a população é essencialmente uma população envelhecida é mais fácil iludir, enganar, esta é a política mais fácil de fazer. Não é essa a política dos eleitos do PS, não é essa a forma de agir e de trabalhar do PS.

A população merece uma política séria e verdadeira. A população merece ser informada dos factos verdadeiros, não merece ser enganada.

Mora, 15 de dezembro de 2023

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal

Sessão da Assembleia Municipal de 15 de Dezembro 2023

Assunto: Mapa de Pessoal para 2024

Declaração de voto

Senhoras e senhores eleitos, minhas senhoras e meus Senhores, boa noite!

Embora o sentido de voto da CDU sobre este Mapa de Pessoal tenha já sido já comunicado ao executivo municipal, em reunião realizada no passado dia 5 de Dezembro, entendemos, também por uma questão de respeito por todos os eleitos da Assembleia Municipal, e pelos munícipes, deixar bem claro os fundamentos que suportaram tal decisão:

- Esta é, em menos de dois anos, a 6ª vez que o Mapa de Pessoal é trazido a esta Assembleia!
- Por este andar, vamos chegar ao final do mandato sem um Mapa de Pessoal definitivo, coerente, rigoroso e equilibrado do ponto de vista funcional e financeiro.
- Em Setembro de 2021, a autarquia tinha cerca de 160 trabalhadores.
- Entretanto, foram já recrutados 21 novos trabalhadores, mais 16 recibos verdes, o que perfaz um total de mais 37 novos trabalhadores!
- No Mapa de Pessoal em vigor, está previsto um número muito exagerado de lugares a preencher, são 64 lugares a preencher.
- Ainda assim, o executivo pretendia abrir mais 12 novos lugares: 4 técnicos superiores; 8 assistentes técnicos e 0 assistentes operacionais.
- No Orçamento de 2023, as despesas com pessoal eram de 2.985.600,00€; no Orçamento para 2024 está prevista uma despesa com pessoal de 4.349.000, 00€. Um aumento de 1.363.440,00€, ou seja mais 45,6%!
- Pela primeira vez em quase 50 de Poder Local Democrático, as despesas com pessoal ultrapassam já as despesas de capital (3.455.900,00€)!
- Pode assim ficar comprometida a capacidade de investimento da Câmara Municipal!
- Se número de habitantes não aumentou; se as competências da Câmara, excetuando as que aceitaram de bom grado (Acção Social, Saúde e Educação) são as mesmas, como se justifica este esbanjamento de recursos que tanta falta fazem ao Concelho?!

- Esta gestão do pessoal por parte do executivo do PS além de errática é uma gestão que compromete o futuro desenvolvimento do Concelho e não serve os interesses da população!

- Esta não é a nossa gestão!

- Na última Sessão da AM, do passado 26 de Setembro, deixámos bem clara a nossa posição sobre esta matéria.

- Como temos por princípio honrarmos os nossos compromissos e promessas, assumimos aqui hoje perante esta Assembleia que, excepto em circunstâncias muito excepcionais, a CDU não aprovará qualquer abertura de novos lugares para o Quadro de Pessoal!

O "Grupo Municipal da CDU", na Assembleia Municipal de Mora.

Senhora Presidente,

Sobre o orçamento que nos é apresentado, duas ou três considerações e uma questão.

Em primeiro lugar, estamos perante um orçamento para 2024 pouco ambicioso, uma vez que apresenta um aumento global de apenas 19,3%. Compreendo que se esteja à espera de um considerável saldo orçamental, que nesta altura ronda os 4 M €, para depois dar uma nova expressão aos números deste orçamento.

Mas o que mais salta à vista é o exagerado (ou brutal) aumento do conjunto das rubricas de pessoal, que passam de 2,9 M € para mais de 4,3 M €. São mais 1.363.400 euros (45,6%).

Naturalmente que não estão em causa nem a valorização das carreiras profissionais, nem a actualização das tabelas salariais, mas estes valores ultrapassam qualquer razoabilidade.

Ao longo dos últimos nove orçamentos da CMM, a fatia relativa às despesas de pessoal foi de 28,9 % (mínimo), em 2016, e 31,8 % (máximo), em 2022. Estas percentagens rondam, em média, os 30 %, só que para 2024 esta percentagem sobe para 38,4 %.

E estes valores não se podem justificar, nomeadamente, pelo aumento de trabalhadores em consequência da transferência de competências, uma vez que, também neste orçamento, as transferências de receitas ao abrigo da Lei 50/2019, serão de 893.000 euros, muito aquém daquele aumento de 1.363.400 euros.

Constatar e relevar também que aqueles 4,3 M € ultrapassam em muito os 3.455.900 euros orçamentados para despesas de capital.

Finalmente uma questão:

As rubricas de Transferências Correntes passam de 528.350 euros para 327.200 euros (uma redução de cerca de 201 mil euros). Como nestas rubricas estão incluídas as transferências de verbas para as freguesias, em que valor vão ficar em 2024 as transferências para as respectivas Juntas.

Obrigado.

A.M. - 15-12-2023

Carlos Biléu

Grupo Municipal da CDU